

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE METAS E RESULTADOS - 2018

DME POÇOS DE CALDAS PARTICIPAÇÕES S.A. - DME
DME DISTRIBUIÇÃO S.A. - DMED
DME ENERGÉTICA S.A. - DMEE

1. SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	3
2.	CONTEXTUALIZAÇÃO	4
3.	PLANO DE METAS 2018	5
4.	PLANO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO.....	12
5.	ANÁLISE DO COMPARATIVO DOS RESULTADOS COM O PLANO DE NEGÓCIOS	13
5.1.	DME POÇOS DE CALDAS PARTICIPAÇÕES S.A.....	13
5.2.	DME DISTRIBUIÇÃO S.A	15
5.3.	DME ENERGÉTICA S.A	18

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório tem como objetivo apresentar a análise do Conselho de Administração das empresas públicas DME Poços de Caldas Participações S.A – DME (“DME”), DME Distribuição S.A. – DMED (“DMED”) e DME Energética S.A. – DMEE (“DMEE”), doravante denominadas em conjunto Empresas DME, quanto ao atendimento de metas e resultados na execução do plano de negócios e estratégica de longo prazo das respectivas empresas, em atendimento ao disposto no artigo 23, § 2º da Lei Federal 13.303/2016, artigo 18, XXX do Estatuto Social da DME, artigo 17, XXVII do Estatuto Social da DMED e artigo 18, XXX do Estatuto Social da DMEE.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

A DME é uma empresa pública constituída com base na Lei Complementar Municipal nº 111, de 26/03/2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.265.979/0001-09, com sede na Rua Amazonas, nº. 65 - Centro, no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, que atua como empresa holding, tendo como objeto social gerir e executar a política energética do Município de Poços de Caldas, bem como explorar atividades correlatas ou associadas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente. A DME possui participação direta nas seguintes subsidiárias integrais DMED e DMEE.

A DMED é uma empresa pública, constituída com base na Lei Complementar Municipal nº 111, de 26/03/2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.664.303/0001-04, com sede na Rua Amazonas, nº 65 - Centro, no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, tendo como objeto social a exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica e do serviço público de geração de energia elétrica, nos termos e limites estabelecidos pelo inc. II, do § 6º, do artigo 4º da Lei nº 9.074/95.

A DMEE, por sua vez, é uma empresa pública constituída com base na Lei Complementar Municipal nº 111, de 26/03/2010, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.966.583/0001-06, com sede na Rua Amazonas, nº 65 - Centro, no Município de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais, tendo como objeto social a exploração da atividade econômica de geração, comercialização e transmissão de energia, bem como a realização de outras atividades correlatas, inclusive mediante a prestação de serviços, direta ou indiretamente.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE METAS E RESULTADOS - 2018

3. PLANO DE METAS 2018

Com base nas deliberações do Conselho de Administração da DME Poços de Caldas Participações S.A – DME, proferidas na 111ª Reunião Extraordinária, realizada em 20/03/2018, e por meio das Assembleias Gerais Extraordinárias da DMED e DMEE, realizadas na mesma data, foi aprovado o plano de metas 2018 das Empresas DME.

Ao decorrer do exercício de 2018, a Assessoria de Planejamento Estratégico foi a área responsável pelo monitoramento dos indicadores e, após apuração dos resultados do plano de metas pela Diretoria Executiva das Empresas DME, ocorreu a validação pela Auditoria Interna e posterior aprovação pelos Conselhos de Administração das respectivas empresas, com o resultado final de 75% de realização.

Segue abaixo uma breve análise de cada indicador do Plano de Metas 2018:

METAS 2018 - Dezembro					1	2	3	Nível de atingimento	Pontuação		
EMPRESAS DME	MELHOR	UNIDADE	META	PESO	MÍNIMO	MÉDIO	MAXIMO				
					80%	100%	120%				
CORPORATIVAS	1	LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO	↑	%	Atingir percentual do Lucro Líquido Consolidado da DME Poços de Caldas Participações estimado no orçamento aprovado para o ano de 2018.	10,00%	de 98,00% a 100,00%	acima de 100,01% até 104,99%	Acima de 104,99%	3	12,00
		Status: 127,08%									
	2	CUSTOS GERENCIÁVEIS TOTAL	↓	%	Atingir percentual dos custos gerenciáveis totalizados das empresas DME, DMED e DMEE, aprovados em orçamento para o ano de 2018.	15,00%	de 99,00% a 97,00%	de 96,90% a 95,00%	Abaixo de 95,00%	0	0,00
		Status: 103,79%									
	3	ENCERRAMENTO CONTÁBIL	↑	Mês	Realizar o encerramento contábil da DMEE, do mês em referência, até o 10º dia útil do mês subsequente; da DMED até o 13º dia útil do mês subsequente; e da DME até o 14º dia útil do mês subsequente.	5,00%	08 meses	09 meses	10 meses	2	5,00
	Status: 09 meses fechados dentro do prazo estabelecido.										
	4	EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS	↑	%	Realizar os projetos de investimentos previstos em orçamento da DMED e DMEE.	15,00%	90,00% a 93,99%	94,00% a 97,99%	98,00% a 100%	0	0,00
		Status: 75,66% realizado.									
	5	CONCLUSÃO DA FASE INTERNA DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO	↓	%	Conclusão da Fase Interna dos Processos de aquisição no prazo de 21 dias úteis.	5,00%	de 70,00% a 79,99%	de 80,00% a 89,99%	de 90,00% a 100,00%	2	5,00
		Status: 89,69%.									
DMEE	6	RENTABILIDADE NA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA DE TERCEIROS	↑	%	Comprar energia de terceiros e vendê-la com spread positivo, considerando-se, para apuração da meta, as operações concretizadas em 2018 (ACR, ACL e CCEE).	10,00%	de 100,1% a 112,00%	de 112,1% a 115,2%	Acima de 115,2%	3	12,00
		Status: 120,82%.									
	7	CHAMADA PÚBLICA DE INVESTIMENTO	↓	Meses	Divulgar edital de chamada pública para apresentação de investimentos, por terceiros, à DMEE.	10,00%	agosto	julho	junho	3	12,00
		Status: Concluído na meta máxima - Edital publicado no site em 27/06/2018.									
	8	ÍNDICE DE DESEMPENHO UHE ANTAS I	↑	%	Cálculo a ser realizado conforme Contrato de Concessão e RN 409/2010.	5,00%	≥ 65,00% a 74,99%	de 75,00% a 84,99%	≥ 85,00%	2	5,00
		Status: 83,00%.									
DMED	9	GERAÇÃO USINAS	↑	MWh	Gerar 97.866 a 102.758 MWh	5,00%	de 92.972 a 97.865 MWh	de 97.866 a 102.758 MWh	≥ 102.759 MWh	0	0,00
		Status: 84.506,109 MWh.									
	10	TMA - FALTA DE ENERGIA	↓	Minutos	Realizar em 79,31 a 74,69 minutos.	5,00%	92,40 a 79,32 minutos	79,31 a 74,69 minutos	74,68 a 61,60 minutos	3	6,00
		Status: 68,88 minutos.									
	11	EBITDA - QRR	↑	R\$ x 1.000	Atingir R\$ 16.689,00 a R\$ 17.523,99.	15,00%	R\$ 15.894,00 a R\$ 16.688,99	R\$ 16.689,00 a R\$ 17.522,99	Acima de R\$ 17.523,00	3	18,00
		Status: R\$ 19.611,57.									
TOTAL								21	75,00		

No total foram 11 (onze) indicadores, sendo 05 (cinco) corporativos, 03 (três) de competência da DMEE e 03 (três) de competência da DMED.

- **Meta 1 – LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO:** O resultado apurado foi de 127,08%, sendo a meta cumprida na pontuação máxima, conforme clarificada no item 4.1.1 e subitens.

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE METAS E RESULTADOS - 2018

- **Meta 2 – CUSTOS GERENCIÁVEIS TOTAL:** O resultado apurado foi de 103,98%, sendo que a meta não foi cumprida, conforme clarificada nos itens 4.1.1, 4.2.1 e 4.3.1 e seus respectivos subitens.

- **Meta 3 – ENCERRAMENTO CONTÁBIL:** No mês de novembro, o encerramento contábil da DMEE foi realizado 1 (um) dia após o prazo estabelecido, devido a inconsistências de informações no sistema. A meta foi cumprida na pontuação média. O resultado apurado foi de 9 meses fechados dentro do prazo estabelecido.

- **Meta 4 – EXECUÇÃO DE INVESTIMENTOS:** O resultado apurado foi de 75,66%, sendo que a meta não foi cumprida. A DMED realizou 71,67% de 81,86% previsto enquanto a DMEE realizou 3,99% de 18,14% previsto.

Na tabela abaixo, é possível verificar quais foram os investimentos que compuseram tal indicador:

	ÁREA / ATIVIDADE	DESCRIÇÃO	PESO	RESULTADO
DMED	GERENCIA DE GERAÇÃO	1 Substituição dos Transformadores de Força das PCH José Togni e Ubirajara Machado de Moraes	1,97%	1,97%
		2 Atualização e Melhoria dos Sistemas Supervisórios das Usinas	0,60%	0,00%
		3 Implantação de Sistema de Bombeamento e Refrigeração dos Mancais das Unidades Geradoras da UHE Walther Rossi	0,76%	0,76%
	GERENCIA DE DISTRIBUIÇÃO	4 Projeto Básico e Executivo para Construção de Linha de transmissão 138 kV (L11)	1,62%	1,62%
		5 Instalação de Transformador Reserva - SE Saturnino (Continuação)	11,29%	11,29%
		6 Aquisição de Limitadores de Corrente para BT dos Transformadores da RDS	0,43%	0,43%
		7 Substituição do Sistema de Medição, Proteção e Automação da SE Interligação	7,78%	7,78%
		8 Recapitação da Linha de Transmissão L1 (Antiga Linha de Transmissão da CEMIG)	1,07%	0,00%
		9 Aquisição de Transformador de 500 kVA Submersível para RDS	0,36%	0,36%
	GERENCIA PROJ.CONST. ELÉTRICA	10 Construção e Melhorias das Redes de Distribuição Aéreas	15,39%	11,08%
	GERÊNCIA PROJ. E CONST. CIVIL	11 Construção de Encostas na Área da UHE Walther Rossi	1,71%	0,00%
		12 Sistema de Monitoramento por Câmeras do Almoarifado e da UHE Walther Rossi	0,85%	0,85%
	GERENCIA LABORATÓRIO	13 Reforma de Transformadores de Distribuição	0,82%	0,82%
		14 Inspeção de Materiais e Fornecedores	0,03%	0,03%
		15 Aquisição de TI, Chaves de Aferição, MUG e equipamentos de Telemedição	5,24%	5,24%
		16 Implantação de Smart Grid - Projeto de Rede de Medição Inteligente	17,46%	17,46%
	GERENCIA GESTÃO	17 Aquisição de Materiais Aplicados a ODI	11,89%	9,39%
	GERENCIA DE TI	18 Aquisição de 4 Rádios de Comunicação Portáteis	0,03%	0,03%
		19 Upgrade de Software e Centralização do SCADA Nivel 2	2,56%	2,56%
PESO TOTAL DMED			81,86%	71,67%
DMEE	PCH BOA VISTA	20 Licenciamento Ambiental e Outorga do Potencia hidráulico	1,15%	0,00%
	PCH MARAMBAIA	21 Garantia de Fiel Cumprimento de Contrato - ANEEL	0,55%	0,55%
		22 Licenciamento Ambiental e Outorga do Potencia hidráulico	0,56%	0,00%
	CGH'S	23 Projeto Executivo	1,83%	0,00%
		24 Fervedor	1,17%	0,00%
		25 Darci	1,67%	0,00%
		26 Curimbaba	1,36%	0,00%
	UHE ANTAS I	27 Modernização do Sistema de Supervisão da Máquina 7 - Unificação com Sistema DMED	1,85%	0,00%
		28 Automação da Máquina Limpa Grades da Câmara de Carga	0,85%	0,00%
		29 Sistema de Monitoramento por Câmeras	0,55%	0,55%
		30 Peças para Manutenção	0,21%	0,00%
		31 Serviços para Manutenção	0,43%	0,00%
	PCH PADRE CARLOS	32 Modernização do Sistema de Supervisão - Unificação com Sistema DMED	1,50%	0,00%
		33 Substituição do Sistema de Detecção e Alarme de Incêndio da Usinas	0,26%	0,26%
		34 Sistema de Monitoramento por Câmeras	0,55%	0,55%
		35 Peças para Manutenção	0,09%	0,00%
		36 Serviços para Manutenção	0,26%	0,00%
		37 Atendimento a Condicionantes	1,22%	0,00%
		38 Automação da Máquina Limpa Grades da Câmara de Carga	0,85%	0,85%
		39 Substituição dos Reguladores de Velocidade	0,85%	0,85%
		ADMINISTRATIVO	40 Administrativo	0,28%
PAI QUERÊ	41 Pai Querê	0,10%	0,10%	
PESO TOTAL DMEE			18,14%	3,99%
TOTAL			100,00%	75,66%

Em relação a DMED, temos que:

- O projeto nº. 2 – Atualização e Melhoria dos Sistemas Supervisórios das Usinas não foi concluído devido a unificação de sistemas supervisórios das usinas e subestações das empresas DMED e DMEE, onde o investimento proposto de R\$ 100.000,00 seria obsoleto em pouco tempo, não sendo viável este investimento.
- O projeto nº. 8 - Recapitação da Linha de Transmissão L1 (Antiga Linha de Transmissão da CEMIG) não foi concluído, pois, na ocasião, a DMED optou pela não realização do projeto em pauta, no valor de R\$ 250.000,00, uma vez que o valor a ser imobilizado nesse empreendimento de reforço da Linha de Transmissão não seria amortizado na base de remuneração da Distribuidora, tendo em vista que será construída em 2020, uma nova Linha de Transmissão para atendimento das cargas existentes (YOORIM e 3Rios Fibras) e futura SE Distrito Industrial, inclusive com novo traçado para a referida LT. Em ato contínuo, após energização da nova Linha de Transmissão (LT) L11, a instalação (LT) antiga será desativada.
- O projeto nº. 11 - Construção de Encostas na Área da UHE Walther Rossi não foi concluído. Tal projeto foi dividido em 3 etapas, a saber:

1ª Etapa - contratação de laudo geológico geotécnico no ano de 2018: etapa concluída;

2ª Etapa – contratação dos projetos executivos das obras de contenção: processo licitatório concluído, contrato assinado e o início das atividades se dará em junho/2019, com prazo de execução de 90 dias a partir desta data;

3ª Etapa – contratação das obras de contenção apontadas no projeto executivo. Esta etapa será realizada no ano de 2020.

As etapas 2 e 3 só seriam realizadas após a conclusão do escopo previsto na etapa 1. Fato este que, após a deliberação da Diretoria e da área de Engenharia, resultou na postergação da execução das etapas 2 e 3 para o exercício seguinte, o que ensejou ao não cumprimento da meta.

Em relação a DMEE, temos que:

- Projetos nº. 20 (PCH Boa Vista) e o nº. 22 (PCH Marambaia) - Licenciamento Ambiental e Outorga do Potencial Hidráulico: houve atrasos nos cronogramas de execução das atividades necessárias para a protocolização dos estudos ambientais das PCH's Marambaia e Boa Vista, na SUPRAM Sul de Minas, no ano de 2018, devido aos seguintes fatos:
 - Com a entrada em vigor da Deliberação Normativa Copam nº 217/17 foram solicitados novos estudos referente ao Processo de Licenciamento ambiental das PCH's Marambaia e Boa Vista, conforme segue: Estudo Locacional da Reserva da Biosfera (Mata Atlântica); Plano de Utilização Pretendida Pleno com Inventário Florestal; Projeto Técnico de Reconstituição da Flora (PTRF).

- Estes novos estudos solicitados para cada um dos empreendimentos não faziam parte da relação de serviços contratados inicialmente junto a Hydros Engenharia, na Tomada de Preços nº 001/2017, sendo necessário realizar procedimento de contratação/termo aditivo.
- O SISEMA emitiu, somente em 25 de janeiro de 2019, a Autorização de Pesca Científica – Categoria D para monitoramento da ictiofauna da PCH Boa Vista, o que atrasou o início da realização das campanhas sazonais de campo;
- Projetos: nº. 24 (CGH's) – Fervedor, nº. 25 (CGH's) – Darci e nº. 26 (CGH's) – Curimbaba: as elaborações destes projetos básicos estão no escopo de um único contrato de prestação de serviços, cuja realização atrasou em aproximadamente 4 meses, para que o levantamento topográfico da região dos estudos fosse contemplado no levantamento por perfilhamento a laser para as PCH's Marambaia e Boa Vista. Apesar do atraso, o novo levantamento proporcionou maior precisão nos dimensionamentos das estruturas e na determinação das potências de cada CGH. Por estes motivos esses projetos não foram concluídos.
- O projeto nº. 27 (UHE ANTAS I) - Modernização do Sistema de Supervisão da Máquina 7 - Unificação com Sistema DMED não foi concluído, devido a implementação do sistema supervisorio nas SE's da DMED, onde houve atraso na implementação, pois é a mesma empresa que está realizando SPIN.
- O projeto nº. 28 (UHE ANTAS I) - Automação da Máquina Limpa Grades da Câmara de Carga não foi concluído, pois priorizou-se a automação do sistema limpa grades da PCH Padre Carlos como protótipo.
- Os projetos nº. 30 e 31 (UHE ANTAS I) - Peças para Manutenção e Serviços para Manutenção não foram concluídos, pois não foram necessárias.
- O projeto nº. 32 (PCH PADRE CARLOS) - Modernização do Sistema de Supervisão - Unificação com Sistema DMED não foram concluídos, devido a implementação do sistema supervisorio nas SE's da DMED, onde atrasou a implementação, pois é a mesma empresa que está realizando SPIN.
- Os projetos nº. 35 e 36 (PCH PADRE CARLOS) - Peças para Manutenção e Serviços para Manutenção não foram concluídos, pois não foram necessárias.
- O projeto nº. 37 (PCH PADRE CARLOS) - Atendimento a Condicionantes não foi concluído, devido a condicionante ambiental nº. 3, da Licença de Operação nº 095/2017 da PCH Padre Carlos, exigir que seja adquirida (ou instituída a servidão administrativa), pela DMEE, uma faixa complementar de APP, no entorno do reservatório da usina. Para isto foi feito contato, no ano de 2018, com os cinco proprietários de terras que compõem a faixa de terra supracitada. As negociações avançaram com três destes proprietários, ficando definido os valores e condições de pagamento para que houvesse a transferência de titularidade das áreas para a DMEE. Porém, não houve tempo hábil em 2018 para que fossem realizados os levantamentos topográficos exigidos pelo Cartório de Registro de Imóveis de Poços de Caldas e com isso

não foi possível realizar nenhuma aquisição naquele ano. Com os outros dois proprietários de terras, as negociações não avançaram e não foi possível chegar a um acordo financeiro no ano de 2018.

Meta 5 – CONCLUSÃO DA FASE INTERNA DOS PROCESSOS DE AQUISIÇÃO:

O resultado apurado foi de 89,69%, sendo a meta cumprida na pontuação média.

Foram abertos, no período de março a dezembro de 2018, o total de 97 (noventa e sete) processos das Empresas DME, sendo que:

- a) 21 processos da DME Energética S/A;
- b) 70 processos da DME Distribuição S/A; e
- c) 06 processos da DME Poços de Caldas Participações S/A.

Entretanto, do total acima 10 (dez) processos não atingiram a Meta, sendo 06 (seis) da DME Distribuição S/A e 04 (quatro) da DME Energética S/A., tendo como principais motivos:

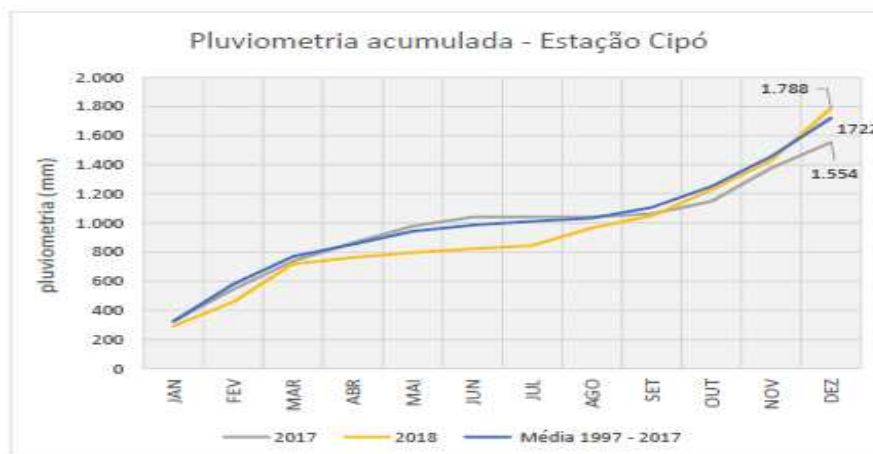
- Dificuldade no retorno do fornecedor na fase de cotação;
- Dificuldade no contato de fornecedores que trabalhassem com o produto a ser adquirido;
- Irregularidade na documentação do fornecedor;
- Problemas na especificação técnica; e
- Atraso na elaboração do comprometimento orçamentário.

Meta 6 – RENTABILIDADE NA COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA DE TERCEIROS: O resultado apurado foi de 120,82%, sendo a meta cumprida na pontuação máxima, em função do constante acompanhamento das variações do mercado e adoção de estratégia de comercialização de energia que resultaram operações lucrativas.

Meta 7 – CHAMADA PÚBLICA DE INVESTIMENTO: Após a conclusão do trabalho multidisciplinar de desenvolvimento da chamada pública, o respectivo Edital foi publicado em 27/06/2018, cumprindo-se, portanto, a meta na pontuação máxima.

Meta 8 – ÍNDICE DE DESEMPENHO UHE ANTAS I: O resultado apurado foi de 83,00%, sendo a meta cumprida na pontuação média, pelas razões abaixo expostas:

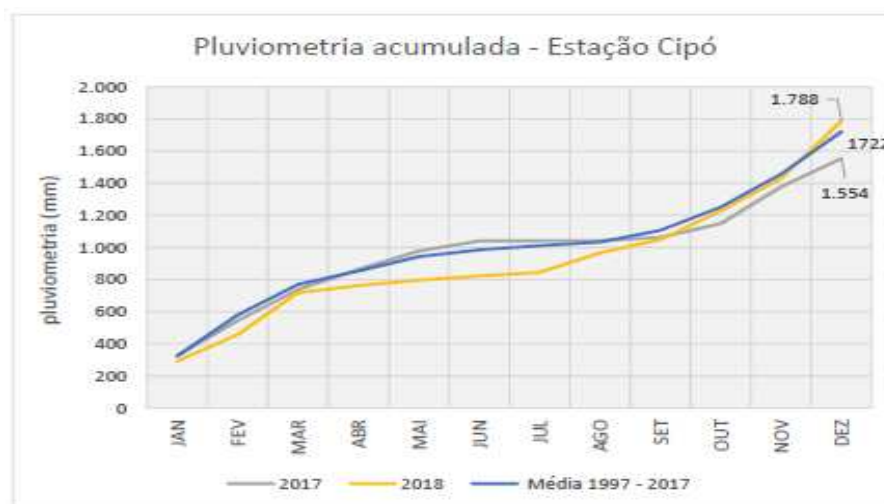
- Pluviometria acumulada ficou inferior à média histórica até o mês de setembro, comprometendo a geração prevista neste período, conforme gráfico:



- Problemas operacionais na máquina 7, correspondente a 45% da geração, a qual ficou indisponível por 30 dias, devido o mal funcionamento do PLC.

Meta 9 – GERAÇÃO USINAS DMED: Objetivo da meta: Gerar acima de 87.172 MWh/ano. A meta de geração não foi atingida em seu patamar mínimo, pelas razões abaixo expostas:

- A pluviometria acumulada ficou inferior à média histórica até o mês de setembro, comprometendo a geração prevista neste período, conforme gráfico abaixo:



- Reforma da máquina 3 na UHE Walther Rossi (Antas II), fazendo com que a usina ficasse indisponível por aproximadamente 15 dias, onde o conduto forçado foi esvaziado para a desmontagem e montagem da válvula borboleta na entrada da máquina.

O resultado apurado foi de 84.506 MWh, não se atingindo, portanto, a meta estipulada.

Meta 10 – TMA - FALTA DE ENERGIA:

Devido a primarização das equipes de plantão no ano de 2018, foram alocadas as equipes de manutenção da distribuição para apoiarem nos atendimentos às ocorrências emergenciais. Portanto, as equipes de manutenção da distribuição foram empenhadas em mais de 80% do tempo no apoio aos atendimentos de ocorrências emergenciais. Estas ações levaram ao cumprimento do indicador de TMA, com o resultado na pontuação da meta máxima apurado em 68,88 minutos.

Meta 11 – EBITDA - QRR: O resultado apurado foi de R\$ 19.611,57 mil, conforme critérios estabelecidos no VI Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº. 049/1999, cumprindo-se, portanto, a meta na pontuação máxima, uma vez que para esta pontuação estava estabelecida a obtenção do valor mínimo de R\$ 17.523,00 mil. A superação da meta foi decorrente do aumento da receita, conforme evidenciado nas notas 1 e 6 do subitem 5.2.1.

4. PLANO ESTRATÉGICO DE LONGO PRAZO

No ano de 2018, as Diretorias das Empresas DME desenvolveram o Plano Estratégico de Longo Prazo, referente ao quinquênio 2019 a 2023, submetendo-o à deliberação do Conselho de Administração, contemplando missão, visão e valores, identificação de riscos e oportunidades, forças e fraquezas e planos de ações.

Uma vez implantado no ano de 2019, o Plano Estratégico de Longo Prazo 2019-2023 será executado pelas Empresas DME e seus resultados analisados pelo Conselho de Administração.

5. ANÁLISE DO COMPARATIVO DOS RESULTADOS COM O PLANO DE NEGÓCIOS

5.1. DME POÇOS DE CALDAS PARTICIPAÇÕES S.A

5.1.1. ANÁLISE DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DME Poços de Caldas Participações S/A - DME			Variação no ano		
DRE	Aprovado	Realizado	\$	%	Notas
RECEITA OPERACIONAL	0	0	0		
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	-1.397.005	-3.112.592	-1.715.587	122,80%	1
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-1.397.005	-3.112.592	-1.715.587	122,80%	
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"	0	0	0		
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS	-1.397.005	-3.112.592	-1.715.587	122,80%	
CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela "B"	-5.175.197	-4.231.080	944.117	-18,24%	2
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO	-6.572.202	-7.343.672	-771.470	11,74%	
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO	35.813.779	22.810.835	-13.002.945	-36,31%	3
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRPJ/CSLL	29.241.577	15.467.163	-13.774.415	-47,11%	4
LUCRO (PREJUÍZO)	36.209.652	46.016.363	9.806.711	27,08%	5

Notas:

1. A receita operacional líquida apresentou uma oscilação negativa, em função de pagamento de PIS e COFINS, em decorrência de recebimento de Juros Sobre o Capital Próprio - JCP, o qual é a base para cálculo destes tributos.
2. Os Custos Gerenciáveis apresentaram uma redução de 13,02%, ocasionada, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) menor dispêndio com despesa de "Pessoal", decorrente da ausência da correção monetária, uma vez que o acordo coletivo 2018/2019 foi celebrado sem reajuste nos salários, assim como redução dos desembolsos previstos com encargos sociais "INSS" e "FGTS"; (ii) redução na rubrica de "Serviços de Terceiros", decorrente de economia na realização de desembolsos com manutenção ou suporte técnico de sistema de gestão integrada; ausência dos desembolsos previstos com publicidade e propaganda, e redução nos desembolsos previstos com descarte e descontaminação de lâmpadas; (iii) estimava-se o desembolso com Doações, Contribuições e Subvenções no montante de R\$ 1,10 milhões, no entanto, em decorrência da inabilitação de alguns projetos para obtenção ao recurso pleiteado, foi desembolsado o montante de R\$ 1,00 milhão, sendo este valor atenuado pela devolução, no montante de R\$ 38,59 mil referente à apoio cultural concedido e não utilizado; e (iv) reversões de provisões referentes a litígios cíveis e contingencias trabalhistas.
1. O resultado Extra Concessão sofreu uma oscilação de R\$ 13,00 milhões, ocasionada pelos seguintes fatores: (i) a receita financeira apresentou resultado acima do esperado com uma oscilação de 152,76%, em decorrência da atualização, pela SELIC, dos saldos do impostos a recuperar; (ii) aumento das despesas financeiras de 284,12%, proporcionado pelo pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio (JCP)

no montante de R\$ 30,54 milhões, em função do aumento da lucratividade proporcionada no exercício, a qual superou as projeções para o período a que se refere, ressaltando-se que o pagamento de JCP constitui-se como ferramenta de planejamento tributário, pois ao ser considerado como despesa financeira, diminui a base de cálculo de imposto de renda e contribuição social, sem contudo comprometer o resultado do exercício, pois os valores pagos são revertidos ao resultado, após a apuração do referidos tributos; (iii) resultado apresentado na equivalência patrimonial maior em 21,20%, decorrente dos resultados apresentados pelas subsidiárias, conforme descrição a seguir: DME Energética S/A - DMEE com crédito de R\$ 32,61 milhões mil, ante um crédito estimado de R\$ 28,09 milhões para o exercício; DME Distribuição S/A - DMED com crédito de R\$ 20,14 milhões, ante o crédito estimado de R\$ 15,43 milhões para o exercício. As oscilações, apresentadas nos resultados das subsidiárias, são decorrentes das oscilações dispostas em suas respectivas contas, as quais são expostas nos tópicos seguintes.

3. Em decorrência da base tributária negativa e dos saldos acumulados de impostos a recuperar, não houve, no exercício social, a obrigatoriedade do recolhimento do IR e da CSLL.
4. Em virtude das oscilações incorridas, conforme explicitados nos itens anteriores, foi proporcionada uma oscilação na lucratividade esperada de 27,08%, proporcionando um crescimento em relação ao lucro projetado no montante de R\$ 9,08 milhões.

5.2. DME DISTRIBUIÇÃO S.A

5.2.1. ANÁLISE DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	DME Distribuição S/A - DMED		Variação no ano		
	Aprovado	Realizado	\$	%	Notas
Receita / Ingresso	221.907.420	257.849.322	35.941.902	16,20%	1
Tributos	-67.562.471	-77.632.486	-10.070.015	14,90%	2
Encargos - Parcela "A"	-34.009.350	-39.182.414	-5.173.063	15,21%	3
Receita líquida / Ingresso líquido	120.335.598	141.034.421	20.698.823	17,20%	
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	-52.855.968	-67.812.549	-14.956.581	28,30%	4
Resultado antes dos custos gerenciáveis	67.479.631	73.221.872	5.742.242	8,51%	
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	-56.147.831	-63.480.347	-7.332.516	13,06%	5
Outras receitas operacionais	6.317.390	9.416.547	3.099.158	49,06%	6
Outras despesas operacionais	-3.272.188	-2.311.628	960.560	-29,36%	
Resultado da Atividade	14.377.001	16.846.445	2.469.444	17,18%	
Resultado Financeiro	6.252.110	-8.427.340	-14.679.451	-234,79%	7
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	20.629.111	8.419.104	-12.210.007	-59,19%	8
Resultado líquido do exercício	13.415.093	20.143.342	6.728.249	50,15%	9

Notas:

- A Receita Operacional ficou acima do orçado, em decorrência dos seguintes fatores: (i) fornecimento de energia elétrica, pelo aumento do consumo, principalmente nas Classes Residencial e Industrial; (ii) energia elétrica de curto prazo, cuja diminuição deu-se pelo aumento do Mercado de Consumo, que acarretou na diminuição da sobra de Energia Elétrica. Esta sobra foi estimada em 86.263 MWh, sendo realizada em 77.006 MWh, tornando-a menor, derrubando concomitantemente a receita comercializada no mercado; (iii) em Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, o aumento é demonstrado pelas rubricas provenientes de Risco Hidrológico, contidas em Custos não gerenciáveis - Parcela "A", que são anuladas via CVA – totalizando o valor aproximado de R\$ 16,5 milhões e; (iv) doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido, a estimativa, para recebimento dos Descontos Incidentes Sobre as Tarifas, ficou abaixo da homologada pelo Órgão Regulador.
- Em Tributos sobre a Receita Bruta, as oscilações positivas deram-se principalmente pelo aumento da receita com Fornecimento de Energia Elétrica; esses são compostos pelos valores apurados, referentes aos tributos incidentes sobre a receita (ICMS, PIS e COFINS); (i) O aumento do ICMS em 4,41 milhões, que é tributado exclusivamente sobre o Fornecimento, são provenientes do aumento de Consumo de Energia, conforme demonstrado anteriormente; (ii) Em PIS/COFINS, a oscilação foi decorrente das oscilações apresentadas nas receitas operacionais e não operacionais, uma vez que os impostos incidem sobre as receitas, independente de sua natureza, proporcionando uma realização de R\$ 5,65 milhões acima do estimado.

4. (i) A rubrica denominada "Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE", por tratar-se de item regulatório, possui sua homologação regulamentada pela ANEEL. A oscilação apresentada de R\$ 3,77 milhões foi decorrente da divergência entre os valores utilizados para elaboração do plano e o valor efetivamente homologado pelo agente regulador; (ii) em Outros encargos - Conta Centralizadora Receita - Bandeiras Tarifárias, com oscilação crescente na ordem de R\$ 1,39 milhões, são provenientes das sazonalizações pluviométricas ao longo do ano, e Despachos Regulamentados pela ANEEL.
5. Em Custos não gerenciáveis - Parcela "A", (i) a rubrica Energia Elétrica comprada para revenda obteve um aumento de R\$ 19,25 milhões com relação ao previsto, sendo que as principais variações percebidas em 2018, no Sumário (CCEE), foram nas rubricas provenientes de Risco Hidrológico (Repasse de Itaipu, CCGF e ERRH) – totalizando o valor aproximado de R\$ 17 milhões e; (ii) em Encargo de Transmissão, Conexão e Distribuição, o valor realizado ficou baixo do previsto, pois em 2017 houve um aumento expressivo nas tarifas de Transmissão, fato que não ocorreu em 2018, ocasionando em uma diminuição de R\$ 4,29 milhões.
6. A oscilação apresentada (i) na rubrica "Pessoal" é decorrente da ausência da correção monetária, uma vez que o acordo coletivo 2018/2019 foi celebrado sem reajuste nos salários, assim como redução dos desembolsos previstos com encargos sociais "INSS" e "FGTS"; (ii) em Materiais, o aumento dá-se pela saída de requisições do Almoxarifado, as quais foram maiores que o previsto ; (iii) a oscilação apresentada na rubrica de "Serviços de Terceiros" é decorrente da Ausência dos desembolsos previstos com a contratação do Serviço de Manutenção Linhas de Transmissão de Energia Elétrica em sua totalidade, Assessoria e consultoria para Contratação de empresa especializada para conciliação físico x contábil, após o levantamento (BDGD) e envio do RAF 4º Ciclo ANEEL, também em sua totalidade, Poda de árvores e faixa de servidão e Serviços Ambientais, sendo esses parcialmente; (iv) as Provisões sofreram um aumento de R\$ 9,49 milhões pelos provisionamentos de Contingências Fiscais, Trabalhistas e Cíveis com Riscos Prováveis e não provisionadas em exercícios anteriores e; (v) em Gastos Diversos, a oscilação deu-se pela reclassificação da rubrica Taxas de Arrecadação, que estava em Serviços de Terceiros, e posteriormente foi alocada em Gastos Diversos, para atender o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.
7. Em Outras Receitas Operacionais, a oscilação positiva de R\$ 3,09 milhões deu-se pelo Ressarcimento do Encargo Ex-Isolados Lei 12.111 de 09/12/2009, na ordem de R\$ 1,33 milhões, não previsto no Orçamento; realização maior que o previsto em Compartilhamento de Infraestrutura e Renda da Prestação de Serviços.
8. O Resultado Financeiro, com queda de R\$ 14,67 milhões, são reflexos de pagamentos de Juros Sobre Capital Próprio, que em 2018 foi na ordem de R\$ 12,5 milhões, em função do aumento da lucratividade proporcionada no exercício, a qual superou as projeções para o período a que se refere. O JCP constituiu-se como ferramenta de planejamento tributário, pois ao ser considerado como despesa financeira, diminuiu a base de cálculo de imposto de renda e contribuição social, sem contudo comprometer o resultado do exercício, pois os valores pagos são revertidos ao resultado, após a apuração dos referidos tributos.
9. Em Resultado antes dos impostos sobre os lucros, a realização foi menor pelo desempenho do Resultado Financeiro, ocasionado pelo pagamento de Juros sobre Capital Próprio; concomitantemente ocorreu a

redução da base tributária, ocasionado na redução das provisões, referente ao pagamento do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

- 10.** Em virtude das oscilações incorridas, conforme explicitados nos itens anteriores, foi proporcionada uma oscilação na lucratividade esperada de 50,15%, ocorrendo um crescimento, em relação ao lucro projetado, no montante de R\$ 6,72 milhões.

5.3. DME ENERGÉTICA S.A

5.3.1. ANÁLISE DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DME Energética S/A - DMEE			Variação no ano		
DRE	Aprovado	Realizado	§	%	Notas
	RECETA OPERACIONAL	114.165.359	105.246.380	-8.918.979 ↓	-7,81
DEDUÇÕES DA RECETA OPERACIONAL	-15.824.874	-9.039.058	6.785.816 ↑	-42,88	2
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	98.340.485	96.207.322	-2.133.163 ↓	-2,17	
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - Parcela "A"	-38.571.775	-28.258.917	10.312.858 ↑	-26,74	3
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS	59.768.710	67.948.405	8.179.695 ↑	13,69	
CUSTOS GERENCIÁVEIS - Parcela "B"	-19.381.707	-16.858.764	2.522.944 ↑	-13,02	4
RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO	40.387.003	51.089.641	10.702.638 ↑	26,50	
RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO	-14.250.492	-28.236.947	-13.986.455 ↓	98,15	5
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRPJ/CSLL	26.136.511	22.852.694	-3.283.817 ↓	-12,56	
LUCRO (PREJUÍZO)	30.094.415	32.612.877	2.518.462 ↑	8,37	6

Notas:

1. A Receita Operacional ficou abaixo do orçado em decorrência dos seguintes fatores: (i) na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE estimava-se uma liquidação no montante de R\$ 3,77 milhões, no entanto, em decorrência da inadimplência do setor elétrico, assim como as exposições financeiras, decorrentes das oscilações no Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e nos índices de *Generation Scaling Factor* – GSF inferiores aos projetados, incorreu-se em uma liquidação no montante de R\$ 0,62 milhões; (ii) estimava-se operações de comercialização de energia em operações de compra e venda para obtenção de *Spread* no montante de R\$ 17,45 milhões, contudo, em decorrência da instabilidade do setor, em virtude dos baixos índices de GSF e oscilações de PLD, realizou-se o montante de R\$ 14,13 milhões; e, por fim, (iii) por não terem sido realizadas operações diretamente com consumidor final na quantidade projetada, não incorremos no montante de ICMS estimado para o exercício, resultando em uma redução do faturamento no montante de R\$ 2,55 milhões.
2. A rubrica de "Dedução da Receita Operacional" sofreu oscilação pelos seguintes fatores: (i) a diminuição ocorrida na Receita Operacional, a utilização do crédito tributário originário das compras de energia, assim como a reclassificação do reconhecimento dos tributos incidentes sobre as receitas financeiras, dentro da rubrica "Receitas Financeiras", no resultado Extra Concessão, proporcionaram uma redução de 37,09% no comparativo entre previsto e realizado; e (ii) em decorrência da operação de compra e venda de energia para obtenção de *Spread* não ter sido realizada integralmente com consumidor final, não incorreu-se, no referido período, na tributação do ICMS total estimado, ocorrendo uma variação de 77,31% no comparativo entre o orçado e o realizado.
3. A oscilação de 26,74% é decorrente, principalmente: (i) da redução no preço de compra de energia, referente ao Take proveniente da Energética Barra Grande S/A (BAESA), a qual estava estimado em R\$ 160,00 MWh e foi comercializado pelo preço de R\$ 112,61 MWh e; (ii) redução no montante de energia comprada para comercialização, em decorrência das instabilidades do setor em virtude dos baixos índices de GSF e oscilações de PLD.

4. Os Custos Gerenciáveis apresentaram uma redução de 13,02%, ocasionada pelos seguintes fatores: (i) menor dispêndio com despesa de "Pessoal", decorrente da ausência da correção monetária, uma vez que o acordo coletivo 2018/2019 foi celebrado sem reajuste nos salários, assim como redução dos desembolsos previstos com encargos sociais "INSS" e "FGTS"; (ii) redução apresentada na rubrica de "Serviços de Terceiros", decorrente da ausência dos desembolsos previstos com a contratação da plataforma eletrônica para a área de comercialização, a qual será desenvolvida internamente; (iii) ausência do desembolso previsto para despesa extra com escritório de advocacia, para cobertura de honorários de êxito; e (iv) ausência dos desembolsos previstos com manutenções civis das Usinas PCH Padre Carlos (Rolador) e UHE Pedro Affonso Junqueira (Antas I).
5. O resultado Extra-Concessão sofreu uma oscilação de R\$ 13,98 milhões ocasionada, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) a receita financeira apresentou resultado abaixo que o esperado, com uma oscilação de 15,26%, em decorrência da redução da taxa básica de juros e do saldo médio aplicado no período, contribuindo com este fator a classificação dos tributos (PIS e COFINS) incidentes sobre as receitas financeiras dentro desta rubrica, reduzindo o seu saldo, em observância as determinações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE; (ii) a despesa financeira aumentou em 46,39%, em razão dos fatores a seguir: (ii-a) pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 17,86 milhões, em função do aumento da lucratividade proporcionada no exercício, a qual superou a projeções para o período a que se refere, ressaltando-se que o pagamento de JCP constitui-se como ferramenta de planejamento tributário, pois ao ser considerado como despesa financeira, diminui a base de cálculo de imposto de renda e contribuição social, sem contudo comprometer o resultado do exercício, pois os valores pagos são revertidos ao resultado, após a apuração dos referidos tributos; (ii-b) estimava-se uma atualização do pagamento de Uso de Bem Público, referente à UHE Salto Pilão no montante de R\$ 13,67 milhões, no entanto, dado ao índice do IGP-m apresentado no exercício de 2018, incorreu-se no valor de R\$ 23,68 milhões.
6. Em virtude das oscilações incorridas, conforme explicitado nos itens anteriores, ocorreu uma oscilação na lucratividade esperada de 8,37%, proporcionando um crescimento, em relação ao lucro projetado, no montante de R\$ 2,51 milhões.

Poços de Caldas, 25 de junho de 2019.

Cícero Machado de Moraes
Presidente

Adriano Moreira de Oliveira
Conselheiro

Nilson Pereira Souza
Conselheiro

João Alvise Neto
Conselheiro

Márcia Maria Santos Mendes Cunha
Conselheira

José Emílio Del Greco
Conselheiro

Wagner Frugoli Possidônio
Conselheiro